

Ginásios Vocacionais e História Nova:

experiências cassadas, memórias cessadas
Sueli Guadalupe de Lima Mendonça

Como citar: MENDONÇA, S. G. D. L. Ginásios Vocacionais e História Nova: experiências cassadas, memórias cessadas. *In* : BRABO, T. S. A. M. (org.). **Direitos humanos, educação e participação popular** : 50 anos do golpe militar. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p.91-109. DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-85-7983-595-7.p91-109>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

GINÁSIOS VOCACIONAIS E HISTÓRIA NOVA: EXPERIÊNCIAS CASSADAS, MEMÓRIAS CESSADAS¹

Sueli Guadalupe de Lima Mendonça

Retomar a história da educação brasileira no contexto da ditadura militar nos remete a um dos seus momentos mais profícuos. Os anos 60 do século passado, principalmente no governo de João Goulart, foi palco da busca de rupturas com o modelo tradicional de ensino, bem como exemplo de determinação, criatividade e ousadia de grupos de trabalhadores, intelectuais, professores e jovens estudantes no enfrentamento de problemas do país, entre eles a educação.

Paulo Freire, na educação de jovens e adultos, a História Nova, coordenada por Nelson Werneck Sodré e os Ginásios Vocacionais, implementados pela Secretaria Estadual de Educação do estado de São Paulo, além do Centro Popular de Cultura da UNE, representam bem este cenário. Essas experiências, em outro momento histórico, seriam, talvez, mais um projeto em melhoria da educação básica. Porém no período da ditadura militar transformaram-se em ameaças subversivas aos setores conservadores da sociedade brasileira, em especial aos militares que deram o golpe e assumiram o governo em 1964. Nosso objetivo nesse artigo será apresentar as experiências educacionais História Nova e Ginásios Vocacionais como experiências cessadas abruptamente pela ditadura militar, a partir de depoimentos de seus participantes.

¹ Esse trabalho é uma versão ampliada do texto “Golpe militar e educação: a extinção das experiências educacionais: história nova e ginásios vocacionais”.

O golpe militar desencadeou um período da história do país com perseguições, cassações, expulsões, prisões, torturas, mortes, desaparecimentos e exílios, que afetou diretamente a educação, uma devastação feita no campo dos educadores. Todos os que tinham ideias de esquerda ou progressistas foram sacrificados de uma maneira extremamente violenta. Ao mesmo tempo em que a privatização da educação pública começou a ser elemento central da política educacional do novo governo ditatorial, atingindo todos os níveis de ensino. As verbas não vinham mais para a escola pública, ela foi definhando e no seu lugar surgiram ou se desenvolveram as escolas privadas. Desse modo, iniciou-se o processo de privatização da educação no Brasil, com um profundo e estratégico processo de sucateamento do ensino público. A repressão política e o sucateamento foram, e ainda são, elementos estruturantes do modelo educacional privatista, que precisa destruir experiências significativas, gestão democrática e qualidade de ensino, para ser hegemônico. É nesse momento que a escola pública começa a ser devastada, física e pedagogicamente.

Várias mudanças, a partir de 1964 na educação brasileira, influenciaram o cotidiano dos sujeitos da escola, perpassando desde a sala de aula até o conteúdo, fazendo da escola um aparelho importante na difusão dos ideais militares e ditatoriais, de um modo a assegurar a dominação ideológica necessária para afastar conflitos ou qualquer influência que pudesse atrapalhar a hegemonia opressora. Diversos setores da sociedade sentiram a mudança na maneira como o estado militar intervia no modo de se aprender e ensinar.

Nessa direção, qualquer trabalho coletivo, especialmente voltado à compreensão crítica da realidade, se tornava uma ameaça aos militares. Houve grande perseguição àqueles que de alguma forma questionaram, criticaram ou propuseram um caminho diferente ao que estava posto há tempos. A perseguição aos comunistas, sindicalistas, entidades como Centro Popular de Cultura (CPC), Centro de Educação Popular, União Nacional dos Estudantes (UNE), universidades emplacou forte violência física e institucional, utilizada ao longo do regime militar, fazendo com que experiências educacionais como a História Nova e Ginásios Vocacionais se transformassem em símbolo do trabalho *subversivo*.

A História Nova foi uma experiência com ensino de História na Rede Pública de Ensino — pensada e implementada por um grupo de

historiadores, orientado por Nelson Werneck Sodré — bruscamente interrompida e destruída pelo Golpe Militar de 1964. Resgatar o seu significado histórico, sua contribuição para os problemas educacionais da época, é extremamente importante e necessário na luta em defesa da educação pública e requer um retorno ao passado recente do Brasil. Essa volta não se restringe somente ao conhecimento histórico do período. Abrange, também, uma dimensão maior contida nesse movimento de historiadores, nascido em 1963, sob a égide do último governo nacional-reformista no Brasil. Entender a História Nova, portanto, exige o conhecimento do Brasil pré-64, pois nele estão as bases e as consequências dessa experiência educacional pioneira no ensino de História no Brasil.

Os Ginásios Vocacionais foram experiências pedagógicas que buscavam ser um novo tipo de escola. Nascidas no próprio sistema educacional paulista, idealizados pelo então secretário da Educação do Estado de São Paulo Luciano Vasconcellos de Carvalho e pautados na experiência das *Classes Experimentais*, projeto coordenado pela Prof^a. Maria Nilde Mascellani, se desenvolveram no período de 1961 a 1969. Estavam diretamente ligados ao Serviço de Ensino Vocacional (SEV), órgão especializado, diretamente subordinado ao Gabinete do Secretário da Educação do Estado. Até 1968 instalaram-se seis unidades em todo estado: Barretos, Batatais, Rio Claro, Americana, São Paulo e São Caetano do Sul. Foram extintos em 1970, tendo passado por contradições internas e externas marcantes nesse período.

Conhecer, se apropriar do contexto histórico dessas experiências, com suas motivações, perseguições e resistência pode se efetivar como ferramenta política importante na compreensão da luta pela escola pública de qualidade no Brasil e quem sabe iluminar caminhos ainda obscuros pela construção e democratização da escola pública como direito de cidadania tão elementar e essencial insistentemente negado aos brasileiros.

GOVERNO GOULART E A EDUCAÇÃO

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) no Governo Goulart caracterizou-se pela ausência de uma política clara de intervenção nos problemas cruciais da educação. A instabilidade política do Governo Federal como um todo, afetou o MEC, que durante o Governo Goulart teve seis ministros.

A mudança constante de ministro (a permanência variou de 2 a 10 meses) inviabilizou um trabalho mais consistente e com continuidade na pasta. Apesar disso, o MEC incorporou campanhas importantes na história da educação brasileira. Na medida em que as soluções governamentais não aconteciam frente às principais demandas sociais, iniciativas populares foram se desenvolvendo. Por exemplo: o *Programa de Nacional de Alfabetização*, que representou a institucionalização das experiências desenvolvidas, principalmente no Nordeste, *De pé no chão também se aprende a ler*; *MEB* (Movimento de Educação de Base), onde as iniciativas da Igreja e de grupos progressistas visavam suprir a ausência do Estado. Esses movimentos anteciparam-se ao Estado na busca de respostas substantivas aos principais problemas da educação brasileira.

Na curta gestão do ministro Paulo de Tarso Santos (18/06 a 21/10/1963) nasceu a História Nova. Esse período apresentou momentos de grande agitação política. A influência dos estudantes no MEC era significativa. Logo que assumiu, o ministro preocupou-se em elaborar um projeto que chegou a ganhar corpo (informação verbal)², com a colaboração do professor Lauro de Oliveira Lima, encarregado da Divisão do Ensino. Uma das principais metas foi a alfabetização de adultos, juntamente com a intensificação dos ginásios vocacionais. Começou-se, ao mesmo tempo, a “[...] elaborar os estatutos de uma universidade do trabalho, que chegou a ser cogitada para ser construída no ABC.”³

O clima efervescente da época estava presente no MEC e no seu ministro. Na IIIª Reunião Interamericana de Ministros da Educação, realizada em Bogotá, entre 04 e 10 de agosto de 1963, Paulo de Tarso, falando de improviso, colocou a situação revolucionária que vivia o país e a necessidade de transformações profundas. Afirmou a decisão do Governo em estar ao lado do povo, ao lado das reformas sociais “[...] os que lutam no Brasil pelas reformas sociais não lutam contra o governo, lutam com o governo, porque o governo assumiu o comando das reformas [...]” (SANTOS, 1963, p. 5).

A posição do ministro da Educação não se diferenciava da do Executivo Federal, pelo contrário, o compromisso do Governo em assumir

² Entrevista de Paulo de Tarso Santos, realizada em 07/11/1989.

³ Ibid.

o *comando* das reformas sociais era reiterado em toda oportunidade, como também, sua opção de estar e trabalhar ao lado do povo, enfrentando os interesses dos grupos dominantes detentores de privilégios que contrariavam o interesse da nação (SANTOS, 1963, p. 8-9).

Nessa perspectiva que a política educacional defendida por Paulo de Tarso foi pensada. O problema educacional não deve ser tratado isoladamente da realidade social e política do país. A vinculação da educação com a ideia de desenvolvimento nacional fez parte do contexto maior do momento, onde essa era a proposição central da vida política do país.

No Brasil, a estrutura nacional exige uma profunda mudança para que o desenvolvimento não seja uma ficção. Por isso, insiste o Governo brasileiro em que qualquer plano seria impraticável se não fosse acompanhado e, em certos pontos precedidos, das reformas de base. É toda a infra-estrutura do país que está a pedir reformulação. Qualquer ação divorciada desse objetivo será simples medida paliativa. Aí a razão pela qual o plano nacional de educação ser parte integrante de nosso plano trienal de desenvolvimento. (SANTOS, 1963, p. 11).

Assim, a educação era vista como um dos fatores do desenvolvimento nacional, cabendo a ela uma responsabilidade social destacada, ou seja, “[...] formar quadros para as obras decorrentes de reformas estruturais que acompanham e são exigidas pelos processos de desenvolvimento.” (SANTOS, 1963, p. 11).

Havia consonância política entre o MEC e a Presidência da República. O problema estava, porém, na viabilização das reformas de base. A certeza de Paulo de Tarso em relação à necessidade das mudanças estruturais, para o desenvolvimento do país, levou-o a pedir demissão do Ministério, já que essas reformas não aconteciam. Seu grupo político – *Frente Parlamentar Nacionalista* e depois *Frente de Mobilização Popular* – passou a criticar o Governo Goulart pela lentidão em implementar as reformas. Assim, Paulo de Tarso demitiu-se por não concordar em criticar o Governo e ao mesmo tempo pertencer a esse, apesar de contar com o apoio pessoal do Presidente Goulart.

Esse quadro político propiciou o aparecimento da História Nova, oriunda do convênio entre MEC/ISEB, parceria estabelecida en-

tre Roberto Pontual, diretor da CASES (Campanha de Assistência ao Estudante), e Werneck Sodré, diretor do Departamento de História do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Apesar de não ter uma participação direta do ministro nesse convênio e também de não ter feito a leitura dos volumes da obra, ele assumiu a História Nova por estar perfeitamente no espírito da equipe dirigente do MEC. O projeto foi levado à frente, pois o clima de mudança e a influência jovem dos estudantes dominavam o Ministério, favorecendo experiências dessa natureza.

A reação à História Nova foi quase instantânea. Paulo de Tarso foi indiciado em vários IPM (inquéritos policial-militares), onde foi questionado sobre a História Nova, sem poder respondê-los, pelo simples motivo de não ter lido nenhum dos volumes.

O MEC refletia a fragilidade política do Governo Federal como um todo. Embora ambos discursassem a favor das mudanças estruturais, a sua ação era muito tímida no enfrentamento dos problemas. Por um lado, as modestas medidas estimularam ainda mais a cobrança por parte dos movimentos populares. Por outro lado, assustaram, também, os grupos conservadores, desencadeando uma reação que culminou no Golpe de 64.

HISTÓRIA NOVA: DA GÊNESE À EXTINÇÃO

A História Nova foi uma experiência que produziu pequenas monografias sobre a História do Brasil destinadas às escolas da educação básica, distribuídas gratuitamente aos professores da educação básica pelo MEC. Ela nasceu dentro do ISEB e, portanto, vivenciou intensamente o momento político da época, tornando-se, também, um dos alvos privilegiados da campanha desencadeada por grupos conservadores no combate à “subversão”. Sodré assim apresentou o início da História Nova.

O movimento da História Nova nasceu no Departamento de História do ISEB, do qual eu era o chefe desde a fundação até a extinção. Evidentemente, com o acúmulo de trabalho, que começou a crescer muito no ISEB, houve a necessidade de se obter auxiliares. Professores do nível do ISEB, que era de pós-graduação, era muito difícil de se encontrar, pois bons professores estavam empenhados em escolas, faculdades, e não estavam disponíveis. Eu me vali de recém-formados ou de alunos de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil.

O primeiro que veio foi Pedro Uchôa Cavalcanti Neto, porque ele — que já estava formado em História — era diretor de uma ótima publicação de história, da faculdade de Filosofia.

Esse critério foi excelente. Assim, foram recrutados mais quatro. E eles vieram para o ISEB. Ali nós pensamos elaborar alguma coisa a respeito da história brasileira.

Mas em 1963, na medida em que o ano se aproximava do fim, a agitação política era muito grande. Estava em curso a manobra de deposição do Presidente João Goulart, concentrando fogo, particularmente, à base da acusação de comunismo. Esse fogo concentrou-se, especialmente, primeiro nos sindicatos, na classe operária; depois nos intelectuais e alguns órgãos dos intelectuais, entre os quais o ISEB se destacava. Uma campanha tremenda contra o ISEB. E uma das coisas que foi atacada no ISEB e tomada como pivô, foi a História Nova. Havia, então, um ataque ao governo, particularizando o Ministério da Educação, dentro do Ministério da Educação o ISEB e dentro do ISEB a História Nova. (apud MENDONÇA, 1990, p. 30, 33).

A campanha anticomunista intensificou-se nos últimos meses do Governo Goulart, exatamente no período do início do trabalho da História Nova (1963/64). Os jornais, rádio e televisão foram acionados para colocar em evidência o perigo representado pelos “subversivos”. Nesse emaranhado, o ISEB e a História Nova foram identificados como centro de atuação de comunistas. Como a luta política, nesse momento, acirrava-se cada vez mais, as atividades desenvolvidas por eles também incomodavam cada vez mais os setores conservadores.

A repressão ao ISEB começava desde notícias tendenciosas nos jornais até corte total de verbas, como em 1961, quando, simplesmente, a instituição foi retirada do orçamento do MEC, o que prejudicou sensivelmente o desenvolvimento de suas atividades, porém redobrou o ânimo dos isebianos.

O grupo História Nova organizou-se através de cursos do ISEB. Sodré diante do acúmulo de atividades — ministrava o curso *Formação Histórica do Brasil* — necessitou de auxiliares. Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto foi o primeiro auxiliar do Departamento de História do ISEB. Fazia o curso regular de Sodré e, no final do curso, ele o convidou para trabalhar no ISEB, em 1962. No ano seguinte, em um curso sobre marxismo,

organizado pelo novo auxiliar de Sodré, participaram vários estudantes, onde alguns se integraram ao grupo da História Nova: Pedro de Alcântara Figueira, já formado; Maurício Martins de Mello; Rubem César Fernandes e Joel Rufino dos Santos, todos vindos do curso de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil.

As atividades do Departamento de História do ISEB não se restringiam às aulas nos cursos no ISEB. Conferências e cursos em sindicatos e entidades estudantis realizaram-se nesse período. A História Nova surgiu nesse ínterim. Roberto Pontual — diretor da CASES, órgão do MEC, e estagiário do ISEB — introduzia algumas inovações na sua área de trabalho, entre elas a ideia da publicação das monografias do curso do Sodré, para auxiliar o professor de História, pois a situação do ensino de História era preocupante e afora a péssima qualidade dos compêndios didáticos da época. Dessa preocupação nasceu o convênio entre a CASES/MEC e o Departamento de História do ISEB que tinha como objetivo a produção de monografias alternativas aos compêndios de ensino de História da época. O trabalho era remunerado e as monografias distribuídas pelo MEC, gratuitamente, aos professores de História da Rede Pública de Ensino.

Em março de 1964, cinco monografias já tinham sido publicadas pelo MEC e outras estavam em preparo. O convênio firmado despertou a ira dos grupos conservadores. A ofensiva contra a “subversão” encontrava-se no auge de sua fúria. Editoriais dos principais jornais do país destacavam a atuação dos comunistas dentro do Governo, em especial a História Nova, como no editorial do jornal *O Estado de São Paulo*.

Então, apesar de todas as evidências do contrário, ainda se obstina uma minoria em pensar que a sociedade brasileira está se tornando marxista? Eis aí porque é, entre outras mil razões, que o livro didático está caro, o cruzeiro está se aproximando do zero absoluto. O Governo gasta o nosso rico dinheiro, ou nosso pobre dinheiro, em coisas como esta (História Nova) que tenho diante de mim. E note bem leitor que a coisa a que me refiro não é inútil. Não. É nociva. Não creio que chegue a plasmar uma nova alma brasileira como pretendem os seus autores, nenhum dos quais conheço com o nome de historiador; mas pode fazer mal a muito moço despreparado, a muito rapaz ressentido, a muita moça feia e sem namorado. (apud MENDONÇA, 1990, p. 44).

Os pareceres desfavoráveis da Comissão Nacional do Livro Didático, do Estado Maior do Exército e do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, juntamente com os editoriais de jornais, como o anteriormente citado, tornaram a História Nova e o próprio ISEB alvos privilegiados da oposição conservadora ao Governo Goulart, pois eram identificados como a expressão mais cabal do perigo ideológico de um Governo de esquerda. A perseguição desenfreada ao ISEB e a História Nova deu-lhes uma dimensão muito maior do que sua concretude real.

Com o golpe militar de 64, o ISEB foi invadido e depredado; o Departamento de História destruído e o que sobrou carregado, inclusive textos da História Nova. O Presidente da transitoriedade, Ranieri Mazzilli, teve como um dos seus primeiros atos a extinção do ISEB. O novo ministro da Educação, Luis Antônio Gama e Silva, apreendeu e proibiu a História Nova. Nelson Werneck Sodré, Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira e Joel Rufino foram perseguidos e interrogados pela polícia militar. Pedro Uchôa Cavalcanti Neto e Rubem César Fernandes se exilaram no Chile. Inquéritos policial-militares foram abertos contra o ISEB e a História Nova, sendo que o ISEB “[...] atingiu dimensões gigantescas: trinta volumes de mil páginas cada um.” (SODRÉ, 1986, p. 46).

A Editora Brasiliense, em 1966, reeditou dois volumes da História Nova, disputadíssimos nas livrarias. Circularam dois meses e foram apreendidos novamente.

A ditadura militar instaurada a partir de abril de 1964 finalizou, precocemente, uma experiência fecunda com o ensino de História. Acabou, também, com o ISEB. Cassou e perseguiu muitos daqueles que buscavam uma solução para os problemas do país. Os IPMs jorravam como água na fonte e o Brasil mergulhou num silêncio, sendo sufocadas as vozes das reformas sociais. A História Nova não estava sozinha no cenário educacional, em São Paulo os Ginásios Vocacionais também foram se tornando incômodos à direita.

GINÁSIOS VOCACIONAIS: MEMÓRIA DE UMA NOVA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Podemos analisar os Ginásios Vocacionais de diferentes formas, pois a riqueza de sua experiência permite a busca de vários ângulos para

recompor uma trajetória marcada pelo trabalho coletivo e um objetivo muito claro para os participantes: inserir o educando ao seu meio através de projetos de ação comunitária, que integravam escola e lar.

Tratava-se de uma concepção de ensino que formava para a vida, que acreditava que a educação resulta do ambiente total, extrapola os muros da escola e, portanto, implica uma integração e interação com as famílias e a comunidade, pretendendo assim transformar outras instituições da sociedade. Credo que não há dicotomia entre a escola e a vida, o Ensino Vocacional se fundava no conceito de totalidade orgânica do problema educacional. Envolvia as famílias e os pais deveriam se integrar como participantes ativos do processo educativo comprometendo-se com a proposta pedagógica da escola. (TAMBERLINI, 2005, p. 35-36).

Escolhemos, todavia, trazer as vozes de alguns de seus participantes, especialmente ex-alunos, para contribuir no resgate de sua memória, dialogando com outras experiências educacionais, inseridas no contexto do golpe militar.

Os Ginásios Vocacionais almejavam fortemente a integração escola e meio, numa relação interativa. Para materializar tal objetivo pautou-se em algumas estratégias essenciais para o desenvolvimento do projeto. Como relata Nilton Cesar Balzan, um dos professores do Ginásio Vocacional.

Uma das coisas que mais me impressionaram no Vocacional, e sempre atribuí a isso o seu sucesso, foi o planejamento feito de 61 para 62, antes de abrir as classes, em 62. Eu me lembro de ter participado das pesquisas de comunidade, a do Oswaldo Aranha, a de Batatais... Eu fui a Batatais fazer pesquisa sobre a clientela que famos admitir. Então foi um planejamento [a partir de um estudo feito] sobre a futura clientela, sobre as mães dos alunos, sobre o índice de democratização da cidade. Era um trabalho muito sério. Essa pesquisa foi discutida e a partir dela estabelecemos os objetivos gerais do Sistema Vocacional para todos os ginásios, depois para cada ginásio: do Oswaldo Aranha, de Americana, de Batatais. Eu achei esse dado marcante. É uma questão básica para mim e que deu sustentação ao sistema. (apud ROVAÍ, 2005, p. 53).

Nesse depoimento observa-se a inovação para a realização do planejamento por meio de pesquisa sobre a realidade do aluno, à época

evocada conhecer o *meio*, que envolvia um conhecimento pormenorizado sobre: as atividades econômicas da cidade; a população, suas aspirações e expectativas educacionais e o que esperavam da escola. Esse procedimento metodológico se diferencia da pedagogia tradicional, onde o professor é o detentor/transmissor, *a priori*, do conhecimento, sem considerar elementos concretos da vida social dos alunos. Para realizar esse tipo de atividade, os professores dos Ginásios Vocacionais, antes de assumirem suas unidades, participavam de um treinamento, coordenado por Maria Nilde Mascellania. Mantendo a coerência metodológica, visando constatar o alcance dos objetivos, dois anos após a realização da primeira sondagem de comunidade, os educadores realizavam uma nova pesquisa de receptividade do currículo (TAMBERLINI, 2005, p. 37), permitindo um diálogo profícuo entre escola e comunidade.

O currículo se caracterizava pelo desenvolvimento de *Unidades Pedagógicas*, isto é, problemas ou questões de interesse real dos alunos, a partir das quais se organizava o trabalho pedagógico. Havia sempre uma pergunta a ser respondida, expressão de levantamento prévio de demandas de interesses dos alunos a partir do seu meio. Nesse projeto educacional o eixo desencadeador do trabalho foi a disciplina Estudos Sociais, que ganha grande relevância e sentido para os alunos, como para Pedro Paulo.

A grande experiência do Vocacional foi, primeiro, a forma de trabalhar e, segundo, a forma de aprender. A *ideia de trabalhar em grupo*, de todas as atividades serem feitas em grupo era, na minha cabeça, a maior novidade em termos de aprendizado [...] E também a maneira de aprender, quer dizer, a ideia de *centrar o aprendizado em Estudos Sociais* e, mais que isso, mesmo em Estudos Sociais *você começar a estudar a sua vida, a vida da sua família, a vida do seu bairro, de sua cidade...*, isto é, fazer com que o estudo tivesse um sentido lógico e cronológico, e despertasse o interesse da gente.

[...] trabalhava-se muito a ideia do conhecimento enquanto um processo unitário, onde as disciplinas entravam como aportes ao conhecimento de um problema. Ou seja, o conhecimento não era construído a partir da estrutura de conceitos de cada disciplina, mas a partir de um problema dado na realidade, [em que] a estrutura — aí sim, conceitual — de cada disciplina entrava como um aporte à compreensão daquele problema. Daí toda a proposta que havia de organização curricular partindo de um tema que era uma pergunta a respeito da realidade

que se estava estudando, fosse ela o bairro, a cidade, a nação, o mundo. (apud ROVAÍ, 2005, p. 55, 57, grifos do autor).

É interessante destacar que toda *Unidade Pedagógica* mobilizava a turma de estudantes em diferentes espaços para o estudo do problema em questão, tanto era a sala de aula, pesquisa de campo, aula-plataforma. Esse processo deixou marcas profundas nos alunos, que apesar do tempo, ainda se lembram bem da vivência, como afirma Mariângela, outra ex-aluna.

Foi uma coisa muito marcante na minha vida. Essa coisa do ensino ativo, da gente se propor os temas para estudar, [...] Eu me lembro como muito positiva aquela ideia das plataformas, de você começar um período de estudo a partir de uma pergunta. Era realmente uma indagação, era uma pergunta de investigação, era um ponto de partida de um processo de aprendizagem.

[...] me lembro que na segunda série o conteúdo que a gente ia trabalhar era o estado de São Paulo e a pergunta que a gente fez numa das Plataformas foi “*Como sobrevive o homem paulista?*” e foi a pergunta que deu orientação para tudo [...] [Isto é, tratava-se de] uma pergunta ampla que abria várias possibilidades [...] e aquilo lhe colocava num caminho ativo de descoberta [...] (apud ROVAÍ, 2005, p. 58, grifos do autor).

Percebe-se, por estes depoimentos, quanto a organização do planejamento e a clareza metodológica foram decisivos para o processo de ensino e aprendizagem. O sentido da atividade estava dado para alunos e professores, pois todos sabiam aonde se queria chegar e como e por que chegar. Mais uma vez Pedro Paulo, ex-aluno.

Você tinha aula de Práticas Comerciais, você era obrigado a ter noções de Economia, por mais elementares que fossem. Havia um apelo concreto para ler o jornal, para saber as notícias de Economia. Você tinha aula de Artes Industriais, você desenvolvia um interesse em ler o que era um aparelho; nós fizemos um toca-disco, eu e o Armando, era um trabalho de Artes Industriais, trabalho de metal, de madeira, com eletricidade.

Em Artes Plásticas você lia sobre História da Arte, [aprendendo a] ser capaz de ver uma gravura e saber o tipo de tinta que era usado, se era tinta a óleo ou se era guache. Isso num garoto de ginásio, evidentemente sem eu nunca ter tido vocação nenhuma para trabalhos artísticos. A gente tinha uma orquestra — orquestra não, bandinha de flauta doce

[...], a gente ia assistir aos concertos matinais no Municipal, nos domingos de manhã. Era uma garotada de ginásio que era capaz de olhar e distinguir o que era um fagote de uma flauta transversal [...].

E a escola tinha a ver com o mundo. Isso era a graça da escola.

O conteúdo que você estudava na escola era conteúdo que acontecia na rua. Qual é a importância das Artes Plásticas, Práticas Comerciais, Artes Industriais? É porque eram coisas que estavam acontecendo na rua. E por que uma criança de ginásio não gosta de estudar Matemática, equação de 1º grau ou regras de gramática? Porque esse mundo que ela vive [na escola] não tem nada a ver com a realidade. (apud ROVAÍ, 2005, p. 78-79).

A metodologia de ensino se estruturava em etapas bem definidas que visavam alcançar a autonomia do aluno. Como o ex-diretor do Ginásio Estadual Vocacional “Oswaldo Aranha”, Armando Accorsi Neto conta.

Na primeira série, havia o *Estudo Dirigido*. Existiam planos muito bem elaborados e [orientados] para cada grupo de alunos e para cada área, a fim de que o aluno começasse a aprender, vamos dizer assim, a filosofia e o conteúdo da área, as formas de atuação da área e o mundo que ela envolvia. Depois vinha o *Estudo Supervisionado*, ou seja, o aluno já com a supervisão do professor. E, finalmente, o *Estudo Livre* em que [...] a orientação do professor se dava quase só na elaboração de um projeto e na sua avaliação. Eram projetos que os alunos propunham, executavam e a avaliavam com uma supervisão à distância do professor. Então havia toda essa gradação de técnicas pedagógicas, no sentido de, no primeiro ano, mostrar ao aluno o que precisava ser feito e ir soltando à medida que ele ia se desenvolvendo e amadurecendo. (apud ROVAÍ, 2005, p. 83, grifos do autor).

Vemos, assim, coerência pedagógica entre currículo, planejamento e metodologia de ensino, onde se verifica que a pesquisa e atividade de estudos foram valorizadas e ocuparam lugar de destaque no trabalho dos Ginásios Vocacionais. Como afirma Denise, ex-aluna, sobre como aprendeu a estudar.

Tínhamos a biblioteca para ficarmos estudando. Tínhamos aula de estudo mesmo. Nessa aula, íamos à biblioteca para aprender a estudar. Os professores indicavam os livros e na biblioteca [aprendíamos] como você se comportava na biblioteca. O bibliotecário ensinava e você sentava e estudava a sua parte porque, como o estudo era em equipe, a cada elemento da equipe cabia uma parte: cada um tinha que dar conta

de sua parte e na sala de aula ligávamos todas as partes e fazíamos o trabalho todo. (apud ROVAÍ, 2005, p. 86).

Os depoimentos acima demonstram a qualidade e vigor da proposta dos Ginásios Vocacionais no estado de São Paulo. Sem dúvida, se destacaram frente às demais escolas públicas da época por envolver a comunidade interna da escola bem como a externa a ela, num trabalho em que o objetivo maior era a formação do aluno com uma visão crítica de sua realidade. Projetos com essas finalidades não se coadunavam com a nova ordem do governo militar.

Os Ginásios Vocacionais são expressão do rico momento de experimentação que a educação brasileira passou na década de 1960. Inspirados pela Pedagogia Nova e pela experiência das Classes Experimentais, implementadas pela Secretaria Estadual de Educação — em fins dos anos 50, no Instituto de Educação de Jundiaí, no Instituto de Educação “Culto a Ciência”, em Campinas, no Instituto de Educação “Narciso Pieroni”, em Socorro, e no Instituto de Educação “Alberto Conte” e “Macedo Soares”, ambos em São Paulo —, nasceram de uma mudança na legislação do ensino industrial da época, impulsionada pelo Secretário de Educação Luciano Vasconcellos de Carvalho, que buscou um novo modelo de escola que atendessem às reivindicações da sociedade da época.

Segundo Ferreira (2007), a criação do Serviço do Ensino Vocacional (SEV), por meio do artigo 25 da Lei Estadual nº 6052 de 03 de Fevereiro de 1961, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 38.643, art. 302, de 27 de Junho de 1961, deu as condições para a organização dos Ginásios Vocacionais. Sob a coordenação da Prof.^a Maria Nilde Mascellani, o SEV constituiu-se como um órgão especializado, diretamente subordinado ao Gabinete do Secretário da Educação do Estado, composto de coordenadoria, equipe de assessores administrativo e pedagógico, equipe de pesquisa, socióloga e psicopedagoga, setor de estágios (capacitação pedagógica), setor de despesas, setor de prédios e equipamentos, setor de pessoal, de relações públicas, de audiovisual, documentação e uma biblioteca. Era ainda de responsabilidade do SEV fazer uma pesquisa de comunidade, que deveria obter dados sobre a localidade que auxiliaria na composição do currículo da unidade onde seriam instalados os Ginásios Vocacionais.

A grande inovação dos Ginásios Vocacionais, como vista nos depoimentos, concentrou-se no *estudo do meio* e no *trabalho em grupo*, pilares dessa experiência pedagógica. Essas diretrizes favoreceram um trabalho interdisciplinar, com temas discutidos em nível da comunidade local, do estado de São Paulo, do Brasil e do mundo, a partir dos Estudos Sociais, levando os alunos a vivenciarem situações concretas, organizadas pelos professores. Outro elemento forte foi o trabalho com a comunidade, especialmente com os pais, que tinham uma forte participação na vida da instituição, com a organização da Associação de Pais e Mestres. Havia também as instituições didático-pedagógicas Cantina, Banco Escolar, Cooperativa, Escritório Contábil e Acampamento (FERREIRA, 2007, p. 76), que se tornavam unidade de trabalho em grupo onde o aluno tinha a parte prática, muitas vezes levando este aluno a agir em situações locais da comunidade, como visitar e desempenhar ações práticas em fazendas, escritórios contábeis e ter cooperativa e um banco no próprio Ginásio Vocacional (CHIOZZINI, 2003, p. 92).

Nem só avanços marcaram os Ginásios Vocacionais. O contexto político pré-golpe impactou o cotidiano da instituição, como se observa no depoimento do Prof. Balzan.

Após o curso de treinamento, o Vocacional começou em 62, com um corpo docente. Em 63, continuou esse mesmo corpo docente. Acontece que esse grupo de Americana do jogo de vôlei não era mais o grupo que entrou com o treinamento. Porque, no final de 63, a Maria Nilde despediu, nós éramos 24 (vinte e quatro) professores, e ela despediu 18(dezoito). Isso porque nós fizemos greve. Foi uma greve em 63. [...] Naquela ocasião havia 80 mil professores [na rede estadual] e os 80 mil fizeram greve.

- *Qual o motivo, questão salarial?*

Principalmente questão salarial. E o Secretário da Educação era um sujeito de moral péssima, chamado Padre Baleeiro. Era criticado por todo mundo, objeto de riso. E os Vocacionais não fizeram greve, só o de Americana. Nós achamos um absurdo todo mundo em greve e o Vocacional, que tinha um papel de liderança, ficar de fora. Então nós fizemos greve também e fomos punidos com demissão no final do ano. Um ou dois queriam sair, o resto foram todos demitidos mesmo. Demitidos pela visão política e porque fizeram greve. [...] CHIOZZINI, 2003, p. 86, grifos do autor).

Outro momento de constatação da influência do golpe militar diz respeito a participação da comunidade em atos marcantes daquele período, ainda no depoimento do Prof. Balzan.

Os momentos de tensão e contradição surgiram nos casos em que a família e a comunidade deram a tônica da ação da escola, não permitindo que a mesma determinasse os referenciais da comunidade. Esta situação foi vivida em seu limite no episódio que resultou na participação na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. O episódio traduz uma contradição em um projeto que visava formar para a cidadania, contradição esta que resulta justamente da ênfase posta na família e na comunidade. Porém, esta contradição não invalida, de modo algum, a riqueza, a qualidade e as características inovadoras do projeto como um todo. A força mobilizadora da escola era ampla, mas o projeto iluminista de fazer da escola um centro irradiador de transformações sociais, que caracterizou propostas educacionais, culturais e políticas dos anos 60, muitas vezes esbarrava em questões maiores, conjunturais. Mesmo assim, essas dificuldades não impediam que a escola contribuísse para que a sociedade fizesse escolhas mais lúcidas e conseqüentes, fruto de uma conscientização maior. (CHIOZZINI, 2003, p. 81-82).

A trajetória dos Ginásios Vocacionais teve seu fim oficial por meio do Decreto Estadual nº 52.460, de 05 de junho de 1970. Porém as investidas sobre eles se delinearão ao longo do desdobramento do golpe militar de 1964. Maria Nilde Mascellani, coordenadora dos Ginásios Vocacionais, relata como o golpe militar extinguiu esta experiência educacional.

O processo de repressão às liberdades democráticas culminou no Ensino Vocacional com a prisão de orientadores, professores e alunos, com a invasão policial militar em ação conjugada para todos os Ginásios Vocacionais no dia 12 de dezembro de 1969. Vários professores e funcionários ficaram detidos por mais tempo na sede da Operação Bandeirantes, OBAN, conhecido órgão de repressão e tortura. Quanto a mim e à professora Áurea Sigrist, ex-diretora do Vocacional de Americana, fomos detidas algumas vezes, por curtos períodos, nas dependências do II Exército, do DEOPS, da Polícia Federal e da Aeronáutica. Daí a algum tempo, em janeiro de 1970, éramos aposentadas de nossos cargos efetivos por concurso, com base no AI-5. Iniciou-se desta forma uma verdadeira “caça às bruxas”, com devassa nos Ginásios, na sede do SEV, nas casas dos professores, técnicos e pais de alunos. Alguns pais de Barretos foram detidos juntamente com professores e levados no camburão com destino ao quartel do Exército em Campinas. No seu conjunto, o quadro parecia uma peça do “Teatro

do Absurdo”. A experiência pedagógica bem sucedida, reconhecida até mesmo pelo Conselho Estadual de Educação e no meio universitário e secundário, se transformara repentinamente numa pedagogia perigosa para formação dos jovens. O que havia mudado? Não fora a pedagogia, mas o modo pelo qual ela era julgada, porque, na verdade, não se poderia contemporizar liberdade com autoritarismo e repressão.

Com o pedido de demissão do primeiro interventor do SEV, Adolfo Pinheiro Machado, foi nomeada para a função de interventora Terezinha Fram, professora secundária e dirigente do Movimento de Bandeirantismo no Brasil. Sua posse foi acompanhada por dois capitães e dois majores do II Exército. E daí por diante tudo foi desmantelado, sobrando apenas a experiência que cada um viveu. Suas primeiras medidas foram a extinção dos cursos complementares e a descaracterização dos demais cursos.

Literalmente, as unidades foram transformadas em escolas normais (comuns) com a implantação do currículo-padrão. O SEV foi transformado numa Divisão de Ensino e seu prédio passou a abrigar uma repartição burocrática da Secretaria de Educação.

Avaliando-se essa trajetória de nove anos do Ensino Vocacional, incluindo o SEV e todas as unidades escolares, percebe-se que ela correspondeu a uma história de muita luta dos alunos, professores, técnicos e pais de alunos contra as constantes ameaças de intervenção por parte de alguns setores da Secretaria da Educação, frente a mudanças ocasionadas por uma sucessão de nove Secretários da Educação. Seu desmantelamento, entretanto, coube ao II Exército e à Polícia Federal, bem como a pessoas que não tiveram escrúpulos em se aproveitar da situação em benefício próprio, como foi o caso dos interventores. (MASCELLANI apud CHIOZZINI, 2003, p. 11-12).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Tanto a História Nova como os Ginásios Vocacionais são frutos do seu tempo. Essas experiências buscaram uma mudança no âmbito político e ideológico de seus idealizadores. A História Nova diretamente ligada ao ISEB/MEC. Os Ginásios Vocacionais fortemente marcados pela pedagogia renovadora e idealizados nos espaços de disputa interna da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Ambos imprimiam, em seu tempo e espaço, mudanças que começaram a ser percebidas em algum grau por setores conservadores da sociedade brasileira e a serem interpretadas como incômodo à ordem já sem controle do governo Goulart. De um

lado, os movimentos populares exigindo as reformas; de outro, a reação violenta dos setores conservadores frente à mobilização popular. Essa foi a tensão que marcou decididamente as experiências educacionais da década de 1960 dando-lhe uma dimensão mais política e ideológica muito maior do que elas próprias traziam em seu bojo.

A História Nova foi tomada como movimento antirreforma e anticomunista, como bode expiatório na luta contra a “subversão”, expressa em diversos e seguidos editoriais dos principais jornais do Brasil como *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*.

Os Ginásios Vocacionais vistos como potencial ameaça, que poderiam se transformar não só numa escola de melhor qualidade, mas passar a ser parte constitutiva de alguma mudança maior na sociedade. Eles conseguiram realizar, efetivamente na prática pedagógica de suas unidades, temas como interdisciplinaridade, estudo do meio, processo de avaliação ao longo dos anos letivos, formação contínua do professor, trabalho em equipe, vínculo entre escola e comunidade, tendo os “Estudos Sociais”, como eixo norteador do planejamento, realizando um estudo da comunidade onde a escola estava situada, visando selecionar temas/questões a serem abordados por todas as disciplinas de maneira integrada.

O que as duas experiências tinham em comum? Ambas nasceram e tiveram apoio de órgãos institucionais. A História Nova ligada ao ISEB/MEC e os Ginásios Vocacionais a Secretaria Estadual de Educação do estado de São Paulo. De algum modo, começaram a atender demandas efetivas da população. Logo, poderiam, ao olhar dos conservadores, a tornarem-se exemplos concretos de efetivação de políticas públicas, trazendo de fato alguma mudança qualitativa para a educação do Brasil. Talvez em outro momento histórico passassem despercebidas. No contexto do golpe foram exemplos de perseguição e desmantelamento de um trabalho sério. Para aqueles que continuam a perseguir e a persistir com as mudanças políticas e sociais necessárias, têm nessas experiências educacionais um porto de alento e de utopia para ver que é possível mudar.

Ambas foram cassadas e seus representantes perseguidos, alguns torturados pelo regime militar, que não poupou aqueles que acreditavam na educação como fonte de formação humana e de consciência sobre a rea-

lidade social. Por isso, recuperar a memória dessas experiências e colocá-las em seu devido lugar na história da educação brasileira se torna uma tarefa necessária para àqueles que lutam por uma nova ordem social, que supere a exploração e opressão presentes na sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

CHIOZZINI, D. F. *Ginásios vocacionais: a (des) construção da história de uma experiência educacional transformadora (1961-1969)*. 2003. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

FERREIRA, D. G. A. *Ginásio Vocacional “Cândido Portinari” de Batatais: histórias, sujeitos e práticas*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MENDONÇA, S. G. L. *A experiência da história nova: uma tentativa de revisão crítica do ensino de história no Brasil nos anos 60*. 1990. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1990.

ROVAÍ, E. Uma pedagogia social em ato. In: ROVAÍ, E. (Org.). *Ensino vocacional: uma pedagogia atual*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 50-91.

SANTOS, P. T. *Educação para o desenvolvimento, cultura para a libertação*. Discurso de Bogotá, agosto de 1963.

SODRÉ, N. W. *História da história nova*. Petrópolis: Vozes, 1986.

TAMBERLINI, A. R. M. B. Os ginásios vocacionais, a história e a possibilidade de futuro. In: ROVAÍ, E. (Org.). *Ensino vocacional: uma pedagogia atual*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 27-49.